

Assembleia Municipal

---N.º 01/2024 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.-----

---Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu extraordinariamente, no Salão Nobre da Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ISENÇÃO DE TAXAS ASSOCIADAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO PRÉVIO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS ENQUADRADAS NAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, NA PROPORÇÃO DOS FOGOS QUE VIEREM A SER ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PRÉMIO + IGUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, MERCADO MUNICIPAL E DO SERVIÇO DE RONDAS MÓVEIS, COM UM PREÇO BASE DE 1.141.557,48 € (UM MILHÃO, CENTO E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE EUROS E QUARENTA E OITO CÊNTIMOS) ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 36º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO AUMENTO DOS

Assembleia Municipal

CIRCUITOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) E CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, BEM COMO, REVOGAR A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE JUNHO DE 2023. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 2.281.540,42€ (DOIS MILHÕES DUZENTOS E OITENTA E UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA EUROS E QUARENTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Informou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou ao Grupo da Bancada Municipal do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal. -----

---A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia Silva Ferreira e Cármen Rodrigues Araújo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA-----**FALTA JUSTIFICADA**-----

---ÁLVARO MARTINS AZEVEDO -----

---ANA ISABEL MENDANHA CARVALHO -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO -----

Assembleia Municipal



---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----
---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
---BÁRBARA DANIELA FONTES DE SÁ-----
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA-----
---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO-----
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE-----
---CARMEM RODRIGUES ARAÚJO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---CÉLIA CRISTINA PEREIRA MACHADO-----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA-----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----

Assembleia Municipal

---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO----- **FALTA JUSTIFICADA**-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO-----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA----- **FALTA JUSTIFICADA**-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LUCA CARNEIRO PINHAL-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA-----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL LIMA SOARES-----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA-----

Assembleia Municipal

---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----

---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA-----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão:-----

---**PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ISENÇÃO DE TAXAS ASSOCIADAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO PRÉVIO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS ENQUADRADAS NAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, NA PROPORÇÃO DOS FOGOS QUE VIEREM A SER ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** - Relativamente a esta proposta, a mesma prende-se com uma... embora exista necessidade de controlo prévio nos procedimentos de oferta de aquisição pública de habitações, a generalidade dos municípios, e faz um pouco parte daquilo que são estes procedimentos, tendo em vista a melhor concorrência entre os promotores da construção destes edifícios, que depois serão colocados no mercado de arrendamento, o que se propõe

Assembleia Municipal

a esta Assembleia, é quem tem poderes para isso, é a isenção de taxas, não escusando o controlo prévio, a isenção de taxas de construção no sentido de poder baixar, e ser desta forma também mais uma variável naquilo que é a concorrência entre aqueles que concorrerão, esperemos que muitos, à oferta pública de aquisição de imóveis lançados pelo município. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - O PS ficou muito preocupado com esta proposta, tanto assim que teve que se reunir com os seus Vereadores, o grupo da Assembleia e o grupo da Câmara, para ponderar o que é que isto significava. E numa primeira análise parecia que significava apenas o desenvolvimento de uma possibilidade que consta respetivamente na primeira opa de páginas 10 que diz: “(...) Os procedimentos de controlo prévio que venham a ser apresentados, podem ser isentos de taxas urbanísticas.”. E na segunda opa página 2, a mesma referência, a isenção de taxas urbanísticas. -----

---Bom, só que aqui foi-se muito, muito mais longe que isso. E além das taxas urbanísticas, ficam isentos estes empreiteiros de taxas de apreciações, taxas administrativas e taxas urbanísticas. É tudo de graça para estes empreiteiros! Quando casais jovens têm que pagar, ainda com desconto para os jovens, quando se sobe a água e saneamento neste município, se diz a pessoas que vivem com salário mínimo: “A Câmara não tem dinheiro, tem que repercutir o custo do aumento do tratamento destes serviços essenciais”. Portanto, vocês têm que pagar a estes empreiteiros, alguns dos quais destacados militantes dos partidos que integram esta maioria. Para estes empreiteiros é tudo de graça e não é só de graça, a lei habilitante que é o artigo 79º diz que é possível proceder a estas isenções, sempre que a situação justificar. -----

---Percebendo que possíveis contrapartidas pudessem vir a ter do município, é razão destas isenções, nenhuma. O município não vai ter isenções ou benefícios alguns. Está a perdoar taxas a empreiteiros. Mas para quê? Com que intenção? O que é que nós famalicenses, o que é que este município ganha por esta gente ganhar mais dinheiro? --

Assembleia Municipal

---A juntar a isto, há terrenos que se dizem na Opa, eu já fiz aqui uma pergunta ao Senhor Presidente a dizer: Como é que vai ser construída habitação multifamiliar em terrenos que não permitem, segundo o PDM, a construção de habitação multifamiliar? Esta pergunta já foi feita e ninguém nos respondeu aqui, na Assembleia, até ao dia de hoje. Portanto, o que é que o PS teme? Que tudo isto acabe noutros lugares. Noutros lugares. O aviso não é assim tão subliminar. É mais claro noutros lugares a esclarecer. Por que é que esta gente teve estas isenções? Por que é que o município não ganhou nada com elas? E por que é que, e agora já no plano estritamente político, por que é que se castigam um jovem casal, um pequeno empreiteiro que está a começar a vida dele, quer fazer duas casitas geminadas para se lançar?! Esse tem que pagar tudo?! E estes empreiteiros têm tudo de graça. -----

---O PS diferentemente do que fez na Câmara Municipal, e depois de articular com os nossos Vereadores, que foram sensíveis aos nossos argumentos, vai-se abster porque não pactua com isto. -----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES - Confesso que estou confuso com essa sua intervenção. Mas vou-lhe tentar responder àquilo que não foi uma pergunta, foi uma constatação, uma declaração política do Senhor Deputado Jorge Costa. E por ser uma declaração política, eu acho estranho que um socialista de gema, que reconheço, venha aqui defender eventualmente um pequeno empreiteiro que se queira lançar no negócio e ter direito às isenções e poder eventualmente especular sobre o valor daquilo que construiu, e um empreiteiro ou um promotor que se vai candidatar a um procedimento de aquisição de habitação para colocar no mercado a custos controlados de arrendamento que o município vai comprar com Fundos que estão previstos no PRR, absolutamente enquadrados naquilo que é a regulamentação do IHRU e, concretamente, este programa 1.º Direito. -----

---Ó Senhor Deputado, o dinheiro é o mesmo. A Câmara vai pagar por estas habitações. Vai pagar! Se eventualmente entre os concorrentes, se eles ficarem isentos do pagamento,

Assembleia Municipal

não estão isentos do controlo prévio, isento de pagamento de taxas, o controlo prévio, como sabe, é a fiscalização das obras, a necessidade de apresentar projetos, as especialidades, e isso eles têm que o fazer. Não é como é tratada uma obra pública. É uma obra de um promotor, o Senhor chamou-lhe empreiteiros, podem não ser empreiteiros, de um promotor que se irá candidatar a um procedimento absolutamente transparente e que depois será escrutinado, eventualmente se o Senhor pretender até vai ser escrutinado pela entidade que está sempre aqui a referir, que não sei qual é a entidade, se for divina, significa que não é, eventualmente, não é tão *like* como aqui disse já.-----

---Agora, aquilo que lhe vou dizer é que uma das componentes do preço terá que ser forçosamente o valor que é gasto nas taxas. E as taxas são pagas ao município, logo à partida. Portanto, se o município vai adquirir e se for retirada o valor das taxas, o valor que será colocado nesse procedimento pelos diversos concorrentes, terá isso em conta. Um fará mais barato que o outro. O outro mais caro do que o outro. E será escolhido obviamente aquele que apresentar a melhor proposta.-----

---E digo-lhe por uma outra razão, lhe refiro que, relativamente a esta matéria é um pouco incompreensível, sei que tem havido alguma discussão e alguns reajustes, mas é incompreensível, e julgo que quem tratou e quem fez algumas contas concretamente nos últimos anos, sendo que o INE nessa matéria tem uma latitude muito maior do que aquelas que foram feitas, é inacreditável o... não é inacreditável porque é um facto, que por exemplo o município encostado a Famalicão, dois, aliás, e que tenha só a particularidade de fazer parte da área metropolitana do Porto, tenha a possibilidade de... ou tenha os valores relativamente ao metro quadrado de construção superiores àqueles de Vila Nova de Famalicão. Não sendo particularmente ou não tendo a pressão urbanística que eventualmente Famalicão tenha, e as necessidades que eventualmente Famalicão poderá ter. Portanto, isto é tudo um bocado confuso. Eu não compreendi bem a sua... vindo de um Senhor dizer: Não, não. Por aí é os privados. Aqueles que vão construir casas, vão ser

isentos e depois vão vender às pessoas pelo preço que quiserem, e não aqueles que eventualmente, ao serem isentos das taxas podem praticar um preço que irá onerar menos, menos aquilo que é o pagamento que a Câmara terá que realizar forçosamente. A Câmara e o estado através do IHRU forçosamente destas habitações. -----

---Recordo-lhe apenas uma coisa e pedindo um pouco de latitude. Não estão em causa as 7.500 habitações, mas nós até ao final deste mandato vamos fazer algumas, ao contrário dos 8 anos de governo e das 7.500 habitações prometidas pelo governo de António Costa.

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - A CDU, já teve oportunidade de se expressar acerca da oferta pública de aquisição de imóveis no âmbito do plano de recuperação e resiliência, tendo considerado a estratégia a que tal medida faz referência, uma estratégia insuficiente e o resultado de uma análise deficitária da atual crise habitacional. -----

---O código regulamentar de taxas municipais prevê as normas referentes à isenção ou redução das taxas urbanísticas e estabelece um enquadramento restrito, que impede pessoas singulares ou coletivas, cujo objetivo seja a produção de lucro, de acederem à isenção ou redução de taxas. Aquilo que nos é proposto aqui, é que se rejeite a aplicabilidade dessas normas dispostas no código regulamentar, em virtude de uma interpretação que este executivo faz do artigo 79º. do D.L. 17/2018, de 4 de junho, afirmando que e cito “...parece-nos que o disposto artigo, de 4 de junho, pretendeu, precisamente, habilitar os municípios a, sempre que tal se justifique, dispensar o pagamento das taxas devidas no âmbito dos processos de licenciamento”. Aquilo que nos diz o referido D.L. é que a dispensa de pagamento de taxas pode ser dada pelo município e pelo IHRU e cito “quando a natureza e ou a viabilidade da solução habitacional objeto de financiamento ao abrigo do 1º Direito o justificar”. Acontece que na proposta apresentada por este executivo essa justificação não é dada, porque não são apresentadas razões concretas que possam afetar a natureza e ou viabilidade das soluções habitacionais. O que acontece é que este executivo, num exercício inadmissível de antecipação, pretende

Assembleia Municipal

conceder benefícios às entidades do setor privado que se proponham a enveredar no ruinoso negócio que é o de construir e vender habitações para o mercado de arrendamento. As únicas razões apresentadas, para justificar a aprovação desta borla fiscal, é dizem-nos que (1) é prática comum do município e (2) ser do interesse público fazê-lo, na medida que isso (segundo este executivo) vai incentivar as entidades privadas a fazerem o seu trabalho, isto é, promover as operações urbanísticas a que se propuserem com todo o rigor, arte e precisão.-----

---No fundo o que esta proposta expressa, é aquilo que já reiteramos aqui várias vezes, nomeadamente, que este modelo de desenvolvimento, onde se encena uma aparente relação de reciprocidade entre o setor público e o setor privado, acaba, na realidade, por promover uma relação de dependência entre os investimentos privados e a estratégia de desenvolvimento habitacional do concelho, colocando a política de investimento público ao serviço da classe, cuja condição económica lhe permite ser um agente de investimento para o setor imobiliário.-----

Pelas razões elucidadas, a CDU não pode deixar de se abster nesta proposta.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Permita-me, Senhor Presidente, que em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata dirija uma palavra ao Partido Socialista.-----

---Eu estou certo e convicto que nós iremos ter a oportunidade numa próxima sessão ordinária de aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim Loureiro, mas eu queria, dado o lapso de tempo que vamos ter que esperar ainda por essa reunião, expressar em nome do Grupo Municipal do PSD a nossa solidariedade, o nosso pesar, pelo falecimento de um homem democrata puro, um dos fundadores do Partido Socialista em Vila Nova de Famalicão, com destaque, com atividade política de maior realce até a nível nacional, foi Deputado Municipal, foi Presidente desta Assembleia, foi um jurista e um advogado distinto da nossa praça, um homem de causas, de convicções e de espírito

Assembleia Municipal

livre. Daí expressar por esta via, e naturalmente esperar que possamos depois de uma forma mais formal e mais solene o fazermos numa próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

---Dito isto, Senhor Presidente, e cingindo-me agora, sim, à proposta em apreço, eu julgo que do plano da legalidade não há qualquer discussão. Quer o programa de caderno de encargos da primeira oferta pública de aquisição, quer da segunda oferta pública de aquisição de habitação, fazia referência à possibilidade de vir-se ser isentadas de taxas urbanísticas do âmbito de controlo prévio, e essas taxas urbanísticas no âmbito de controlo prévio abrangem, como sabem, quer as taxas de cariz administrativa, quer as taxas ditas propriamente urbanísticas. -----

---Ora, nos termos a que vissem a ser fixados por esta Assembleia Municipal que é exatamente aquilo que agora estamos aqui a apreciar. E a apreciar com base numa cobertura legal que resulta exatamente do D.L. que aprova o regime jurídico do conhecido 1.º Direito.-----

---Diz a Senhora Deputada Tânia Silva que, no entanto, não encontra razões na proposta que justifiquem essa isenção, que não as descobriu. Eu não concordo com a Senhora Deputada Tânia Silva e se me permite eu passo a ler o que a própria proposta diz, nomeadamente em dois dos seus parágrafos: “É, por isso, estou a citar, notório o relevante interesse público de conceder aos candidatos que viram as suas propostas aprovadas no âmbito das ofertas públicas de aquisição as condições necessárias à concretização dos projetos, incentivando-os a promover as operações urbanísticas a que se propuseram com todo o rigor, arte e precisão.-----

---Além disso, a isenção e ou a redução de taxas tem sido por diversas vezes um instrumento utilizado para incentivar determinadas atividades ou operações que o Município pretende desenvolver. E que, no caso concreto, e face ao enquadramento acima exposto, foi o que desafiou as entidades do setor privado a apresentar propostas,

Assembleia Municipal

selecionando aquelas que venham a cumprir os requisitos do Programa 1º Direto.”

Portanto, essa explicação está dada e essa fundamentação está apresentada. -----

---Diz depois, no entanto, o Senhor Deputado Jorge Costa, do Partido Socialista: “Bom, nós estamos aqui a conceder um tratamento especial para algo que não é devido.”. Mas as situações especiais devem de facto merecer um tratamento especial, e a aquisição de habitações para colocar no mercado de arrendamento, um dos problemas como sabem do país e do nosso concelho, é uma situação especial. -----

---O que se pretende com estas propostas? Ou com estas isenções?-----

---Conforme consta do intróito da própria proposta, é de facto criar condições que incentivem os operadores a realizarem naturalmente e apresentarem as suas propostas no âmbito desta oferta. E não é novo se quer. A Câmara Municipal de Gaia adotou este procedimento, o mesmo procedimento. E, portanto, o que se trata aqui de facto é procurar incentivar que esta oferta pública de aquisição seja um sucesso porque sabem, as Senhoras e os Senhores Deputados, que há muitas aquisições ofertas públicas de aquisição que têm sido destinadas ao insucesso. Ainda muito recentemente a Câmara de Guimarães viveu esse momento. E nós podemos viver esse momento também. E nós também podemos viver esse momento. O que se trata aqui, é de criar condições para que de facto possamos, essas ofertas públicas de aquisição, possam ser um sucesso. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Já muito se discutiu sobre o problema da habitação, ou a falta dela, e cada uma das forças políticas teve a oportunidade de apresentar as suas ideias de forma a mitigar este problema. -----

---O Chega, desde o início, referiu a fiscalidade, melhor dizendo, os impostos relativos à construção como sendo mais um enorme entrave à compra de casa. Esta isenção de taxas é um primeiro passo que naturalmente saudamos, mas gostaríamos de esclarecer algumas dúvidas que decorrem da leitura do documento.-----

Assembleia Municipal

---As taxas municipais incidem sobre as utilidades efetivamente prestadas aos particulares ou aos promotores, geradas pela atividade dos municípios nos termos fixados no Regulamento Geral das Taxas Municipais. -----

---As taxas do município são levadas a cabo, com a consciência de que constituem uma fonte de financiamento importante, mas sobretudo com a consciência de que elas constituem um entre vários instrumentos que o município dispõe na prossecução das suas políticas públicas locais em áreas tão diversas quanto a proteção social, o ordenamento do território, o fomento económico, a defesa do ambiente. O tal referido artigo diz, o artigo 79º diz: “O município competente e o IHRU podem dispensar o beneficiário do pagamento de taxas que lhes forem devidas no âmbito dos processos de licenciamento ou de certificação, quando a natureza e ou a viabilidade da solução habitacional objeto de financiamento ao abrigo do 1.º Direito o justificar. -----

---As isenções ou reduções solicitadas devem ser decididas por deliberação da Câmara Municipal ou pelo eleito local com delegação ou subdelegação de poderes mediante informação devidamente fundamentada, prestada pelos serviços.” Portanto, a primeira pergunta que gostaria de colocar no ar, ao Senhor Vice-Presidente de Câmara: -----

---Quem é que vai estar efetivamente isento de taxas? -----

---Perguntar-lhe, também, se a Câmara vai ter o poder arbitrário de decidir quem é que está ou quem não está isento? -----

---E, por último, definir o que é insuficiência económica. O que é insuficiência económica? Vou dar-lhe um exemplo, no orçamento do GOP-Grandes Opções do Plano falou-se em autoconstrução, o que quer dizer que um particular que queira construir uma casa no seu terreno e que tenha um rendimento médio, que está como sabemos muito próximo do rendimento baixo, terá também acesso à isenção de taxas. -----

---Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis é um imposto também que se paga sempre que existe uma transmissão financeira de compra e venda do imóvel e

Assembleia Municipal

varia de acordo com o valor de aquisição de escritura ou valor patrimonial tributário. Pode ser o mais dispendioso. E este é o imposto principal a considerar na compra de uma casa.

---As alterações do orçamento de estado de 2023 trouxe também ao IMI e ao IMT prendem-se, sobretudo, com três objetivos: -----

---Uma das finalidades é dotar as autarquias de meios para fixação de famílias e de empresas através de ofertas de condições competitivas a nível fiscal, permitindo aos municípios definirem a taxa aplicar mediante a localização, a tipologia e o uso do imóvel.

---Outro dos objetivos, é reduzir o custo de acesso à habitação desonerando em sede de IMT, aquisição de habitação própria e permanente. Vai a Câmara também mexer no ou isentar o IMT? -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ora bem, a diferença, Senhor Vice-presidente, entre esta maioria (*falha na gravação*) do PS é esta a política. Nós não teríamos concedido esta isenção, e o dinheiro disto teríamos, a sobrar, aplicado e estendido aos famalicenses. Baixe o IRS aos famalicenses, beneficie os famalicenses, e nunca, nunca empreiteiros que visam o lucro, e que já têm aqui casas bem pagas por m2. Casas muito bem pagas! Vamos ver o que eles vão fazer a mil e trezentos e tal euros. Vamos ver! porque o PS vai fiscalizar. E, ainda por cima, tudo grátis. A opção é clara, o PS, e digo olhos nos olhos aos famalicenses, o PS não faria nunca esta isenção. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** - Eu começo esta minha intervenção por perguntar ao Senhor Deputado que me antecedeu: Qual dos PS's é que não acompanha? Porque nós vemos na reunião de Câmara o PS aprovar por unanimidade, e vemos na Assembleia o PS a dizer... ou seja, nós já percebemos que efetivamente temos dois PS's em Famalicão! Não é de hoje... Senhor Presidente, eu agradecia que não me interrompessem, por favor!

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Senhor Deputado, não vamos voltar ao mesmo. Pois não?! Eu espero bem que não. -----

Assembleia Municipal

---**RICARDO COSTA (CDS)** – E, portanto, questionava eu o Senhor Deputado: Qual dos PS's é que aprova e qual dos PS's se opõe? -----

---E depois disto, destas duas belíssimas intervenções que me antecederam, quer do partido Socialista, quer do Partido Chega, de facto não perceberam nada do que aqui estamos a discutir. É o que se pode dizer. Não perceberam nada daquilo que estamos a discutir. Mas pegando exactamente no final da intervenção do Senhor Deputado Jorge Costa, e tão, tão preocupado com o que aquilo que a Câmara vai deixar de cobrar. O Senhor Presidente, em exercício, da Câmara já explicou que a Câmara não recebe para depois a seguir não pagar porque se recebesse a seguir tinha que pagar. -----

---Mas eu pergunto, Senhor Deputado: Qual dos Partidos Socialistas, se é que nós não temos terceiro, nós nunca tivemos, e disso o Senhor não pode contrariar, nem vale a pena abanar a cabeça, nós nunca tivemos uma carga fiscal tão grande, e nunca tivemos uns serviços públicos tão fracos! Há dúvidas disto?! Por amor de Deus! É preciso ter coragem de vir aqui a este púlpito... ó Senhor Presidente, isto não vai terminar. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Senhor Deputado, por favor, eu percebo que estejamos em campanha eleitoral já, mas peço que se resignem aos assuntos municipais, e que deixem falar, acima de tudo, quem está no púlpito. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** - E, portanto, nós, relativamente a isto, de facto as duas intervenções não perceberam e tentaram baralhar aquilo que foi dito, aquilo que é a proposta que nós estamos a discutir e aquilo que as Senhoras e os Senhores Vereadores, quer da maioria que suporta este executivo camarário, quer da oposição que participaram na reunião do executivo, compreenderam perfeitamente. E virmos para aqui, para este púlpito falar em demagogia, falar em coisas que não existem, isenções de derrama, de IMI, de IMT e outras coisas, não é nada disso que estamos aqui a discutir. -----

Assembleia Municipal

---A Câmara vai adquirir, a custos controlados, habitação de forma a dar resposta àquilo que são as reais necessidades dos famalicenses. E aquilo que está a fazer é isentar de taxas à partida para a chegada não a ter que pagar também. Portanto, o dinheiro é exatamente o mesmo. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Muito rapidamente duas notas. Podem não haver dois Partidos Socialistas em Vila Nova de Famalicão, mas há seguramente dois Partidos Socialistas do poder autárquico. *Quiçá*, haverá três ou quatro. Há pelo menos o de Vila Nova de Famalicão e o de Vila Nova de Gaia que têm posições absolutamente contraditórias sobre esta matéria. Já que um contesta e recusa e o outro o aceita. -----

---E para terminar mesmo, Senhor Presidente, também não há tempo para fazermos todo o debate em torno da habitação, dar conta apenas deste número. Só no âmbito do programa “Casa Feliz”, em “Apoio às Rendas” e “Apoio às Obras”, a Câmara Municipal despendeu já 600.000 euros. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - Senhores Deputados, há uma coisa que têm que perceber, não podem condenar a Mesa por dizerem que o Senhor Presidente não responde às perguntas e, depois, que a Mesa que não dá tempo à resposta... eu dei tempo ao Senhor Vice-presidente para acabar de responder às vossas perguntas. -----

---**RUI CARVALHO (PS)** – Senhor Deputado Ricardo Costa, como há pouco foi referido, uma coisa é receber documentos e ter 24 horas para analisar um monte de páginas, outra coisa é ter documentos e poder analisar com tempo, que foi isso que fez, e em coordenação com o Vereadores, verificamos o errado que foi termos aprovado aquela situação. Isto é o mesmo, Senhor Deputado, só para terminar, do risco que é conhecer uma mulher numa noite e aceitar casar com ela. Depois, pode-se arrepender.-----

Assembleia Municipal

---POSTO À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ISENÇÃO DE TAXAS ASSOCIADAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO PRÉVIO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS ENQUADRADAS NAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, NA PROPORÇÃO DOS FOGOS QUE VIEREM A SER ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS, DO CHEGA E DA CDU. -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PRÉMIO + IGUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES - Relativamente a esta proposta é nada mais, de uma forma muito sucinta, é referir que é corporização de uma das facetas do Plano municipal de Igualdade e Não Discriminação e que levamos aqui a discussão, após a consulta pública deste Regulamento do Prémio + Igual. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Sobre a proposta aqui em discussão, o Grupo Municipal da CDU tem as seguintes considerações: -----

---1ª - Pretende porventura a Câmara sobrepor-se à legislação em vigor? -----

---2ª - Pretende a Câmara Municipal sobrepor-se às entidades reguladoras nacionais? ---

---Caso assim não seja, qual o propósito desta Câmara premiar práticas que decorrem da lei, promoção essa, dirigida a “pessoas coletivas de direito privado, de natureza societária, cooperação, associativista, entre outras do concelho de Famalicão”, desconhecendo também esta Assembleia se o executivo as aplica na sua própria “casa”? -----

Assembleia Municipal

---Por outro lado, é curiosa a preocupação desta Câmara em promover nas entidades a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal quando propostas como as 35 horas para todos e a contratação coletiva foram rejeitadas precisamente pelo PSD/CDS e pelo PS na Assembleia da República. Essas sim, propostas que assegurariam e promoveriam a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar! -----

---Ainda sobre o documento, não terá este regulamento um carácter impositivo quando insiste que um dos sexos deve estar num cargo de direção em função do sexo e não pelas suas competências ou pelas necessidades da empresa?-----

---Também de estranhar, a referência de trabalho infantil, trabalho forçado, utilização de mão de obra ilegal ou tráfico de seres humanos como causas de exclusão? Exclusão?! Não serão estas causas passíveis de litigação e consentânea prisão? -----

---Em suma, trata-se de um documento que tenta sobrepor-se ao quadro legal em vigor que, ignora as competências das entidades fiscalizadoras, que promove com dinheiros públicos práticas que são imperativas por lei, ainda que se considere salutar o sentido da proposta. -----

---Por fim, é de questionar sobre o que fará esta Câmara ao ter conhecimento de empresas que não cumpram com as práticas que decorrem da lei? Certamente que não as premiará! Mas questionamos se denunciará tal prática condenável junto das entidades competentes?

---Não cremos que este regulamento resolva os problemas das desigualdades entre homens e mulheres nas empresas! E preocupa-nos muito mais, em ver esta Câmara a injetar dinheiro ou distinções em empresas privadas, ao invés de sensibilizar e promover as boas práticas no seu seio, junto da sua própria comunidade. -----

---Voltamos a realçar, não se promove a igualdade com documentos e regulamentos, mas sim, com a aplicação da lei, na vida e atividade diária das empresas. -----

Assembleia Municipal

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor Presidente, algumas considerações que nos parecem importantes sobre este tema, e até considerações que vinculam mais a minha pessoa do que propriamente o partido que represento. -----

---A sociedade ocidental evolui no sentido, e bem, de consagrar a homens e mulheres os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. -----

---Devo confessar desde 2006, se bem se lembram a propósito da lei da paridade, que obrigava a que pelo menos 33% dos cargos políticos fossem ocupados por cada sexo nas listas, quer para a Assembleia da República, quer para o Parlamento Europeu. E considere na altura, uma lei muito estranha porque reconhecer a capacidade e a competência das mulheres através de um decreto era uma ofensa às próprias mulheres. E porque não tinha dados concretos sobre o que se passava, e eu que sempre em contexto de trabalho e social nunca houve, nunca tive problemas da distinção entre homens e mulheres, mas fui-me apercebendo da necessidade de haver uma intervenção legislativa de forma a estabelecer os equilíbrios que se impunham. Bem sabemos que muito do que se passava, vinha de anteriores regimes em que o homem tinha uma posição de destaque a vários níveis e se sobrepunha à vontade e à autodeterminação da mulher.-----

---Ainda num tempo não muito distante, nos anos 90, se bem se lembram, uma entidade bancária que não empregava mulheres, por causa - diziam eles do problema da produtividade - e de facto foi preciso haver uma intervenção no sentido de corrigir esta aberração. -----

---O conceito de igualdade é muitas vezes distorcido pela agenda da esquerda que só pretende lançar o caos social e às vezes parece querer instigar a uma guerra de sexos. Não pondo em questão o tema da igualdade, tendo sempre em mente as diferenças fisiológicas/genéticas entre homens e mulheres, fará sempre muito mais sentido falar em equidade, que poderá ser ontológica de oportunidade, de condições e de resultados, no

Assembleia Municipal

tratamento das questões do trabalho, da família, da maternidade ou da paternidade, da proteção às vítimas de violência doméstica, sejam eles homens ou mulheres.-----

---Vou dar dois exemplos que são sintomáticos da evolução que temos tido: em 2023 das quase 50 mil empresas constituídas em Portugal, só 27% pertenciam a mulheres e na maioria dos casos são nano, microempresas de um, dois, três trabalhadores. Isto quer dizer uma coisa muito simples, o homem pela natureza das coisas arrisca mais, e a mulher pela natureza das coisas é muito mais cautelosa e muito mais resguardada. Não vai com certeza haver uma lei a obrigar as mulheres a constituir empresas. -----

---O Ministério Público (MP), por exemplo, tinha, no final de 2022, 1.653 magistrados, dos quais 1.083, ou seja, 65% eram mulheres, ou seja, quase dois terços do universo de magistrados.-----

---Em cada dez funcionários públicos, seis são mulheres. -----

---Há 132 mil professores em Portugal. 70% são mulheres. -----

---Isto quer dizer que temos avançado em termos civilizacionais e que não podemos entrar em fundamentalismos nem na narrativa da esquerda que aborda estes assuntos sempre no sentido de criar clivagens sociais.-----

---Todos sabemos que, no que diz respeito a profissões menos qualificadas, as mulheres veem muitas vezes os seus direitos negligenciados, porque são trabalhos manuais de repetição de tarefas, muitas vezes incompatíveis com a condição da mulher e, portanto, temos que nos debruçar a sério sobre estas situações. -----

---Só para terem ideia, Portugal ocupa o 15.º lugar no ranking do *Gender Equality Index* (Instituto Europeu da Igualdade de Género), com score de 62,8 pontos em cem possíveis.

---Houve nos últimos anos um aumento significativo. -----

---Por último, espero que este prémio seja alargado a associações que representam certas minorias que cá residem há mais de 500 anos e continuam a retirar as meninas de 14 e 15 anos da escola obrigando-as a casar, e aos novos habitantes que professam religiões que

Assembleia Municipal

pela sua natureza oprimem as mulheres, ou de sociedades de castas que tratam as mulheres como seres inferiores, subjugadas à vontade do homem. -----

---Senhor Presidente, vamos votar favoravelmente, e estamos expetantes pela forma como o prémio vai ser atribuído. -----

---**ELISA COSTA (PS)** - Desde sempre comprometido com a promoção de sociedades mais justas inclusivas que garantam oportunidades económicas e de trabalho digno para todos, o Partido Socialista vai votar favoravelmente este projeto de regulamento para a candidatura do Prémio + Igual. -----

---Gostaria, todavia, de salientar aqui alguns aspetos que no seu entender deverão merecer um olhar mais atento por parte do poder autárquico. -----

---O conceito atual de igualdade de género vai muito para além daquilo que este documento espelha acusando até um certo anacronismo. O Senhor Deputado do Chega já teve aqui a oportunidade de levantar duas situações, mas existem muitas outras que, no estado atual de desenvolvimento das sociedades, deviam também estar aqui incluídas como por exemplo: as questões de identidade de género e de expressão de género. -----

---Todas as pessoas têm direito a uma vida digna e livre de violência e discriminação, e o trabalho é um espaço onde as pessoas passam grande parte do seu tempo e uma das mais importantes áreas da sua vida. -----

---A igualdade e a não discriminação devem ser reais para pessoas de etnias, para mulheres de outras culturas, para pessoas que sejam de géneros diferentes, para pessoas que sejam sem género binário, com diferentes identidades de género, com expressões de género não convencionais e independente da sua orientação sexual. -----

---Pelo exposto, entendemos que este documento não tem um carácter progressista como a nossa sociedade o merece e precisa e, portanto, falta-lhe aqui cruzar muito aquilo que está no ODS10 e no ODS5. Portanto, é um prémio incompleto.-----

Assembleia Municipal

---Entendemos ainda, num segundo momento, que peca por tardio. Desde 1995, pelo menos, que a agenda da igualdade está no centro das decisões políticas, quer do poder local, quer do poder central, quer da União Europeia, quer da agenda mundial das principais instituições. -----

---Pouca ambiciosa a estratégia Municipal para a igualdade de género, encontra agora, em 2024, esta estratégia quando já existem estudos académicos que comprovam que os prémios para a igualdade de género no trabalho têm pouca repercussão nas instituições que os recebem e ainda no meio local. Mas pronto, vamos ver. -----

---Gostaríamos, ainda, por último, de nos referir ao processo de candidatura. O presente regulamento apenas inclui a Câmara Municipal neste processo e refere de uma forma omissa Comissão de Avaliação, no seu artigo 18º, e uma Presidência a quem não sabe a quem pertence, sem nomear qualquer função ou cargos internos e entidades externas. --

---Em nome da transparência e da credibilidade desta distinção, entendemos que seria de todo pertinente envolver a sociedade civil na avaliação das candidaturas, nomeadamente representantes do Instituto de Formação Profissional, da Autoridade para as Condições de Trabalho, do meio Académico, das Associações de Trabalhadores e dos Empresários, da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, por exemplo. -----

---Para além dos benefícios já elencados, a formação de um júri com entidades credíveis e externas, isto é, a mobilização da sociedade civil permitiria a qualificação da ação coletiva que todos desempenhem um papel na consecução dos objetivos da igualdade. -

---Estamos, portanto, expectantes em ver se de facto este prémio não é mais do que folclore político. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Há 308 municípios no país, mas apenas 192 dispõem de Planos Municipais para a Igualdade e não Discriminação. Vila Nova de Famalicão está no grupo dos 192. Braga está no grupo dos 192. Barcelos está no grupo

Assembleia Municipal

dos 192. Guimarães não está no grupo dos 192. Há municípios que avançam e há municípios que ficam exatamente no mesmo sítio. E a nossa preocupação nesta matéria não é de agora. O município já foi dotado deste instrumento num primeiro momento com o seu primeiro plano que surgiu em 2016, e agora aquele que está em execução é um plano de segunda geração com uma dimensão temporal que vai entre 2022 e 2025. E que tem esta particularidade que é importante aqui realçar, e isto não é folclore político, é que tem a particularidade de resultar de um diagnóstico que contou com a participação e o envolvimento ativo de múltiplas e diversas entidades locais. É um bom diagnóstico de que resultou de facto um bom plano.-----

---Ora, este plano aponta, numa das suas medidas que são cerca de 30 entre medidas e ações, a criação de um Prémio + Igual. Um prémio com o qual nós nos revemos. -----

---Senhora Deputada Tânia Silva, distinguir e reconhecer publicamente entidades que se evidenciam pela promoção da igualdade entre as mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional e pela adoção de princípios e medidas eficazes, positivas, preventivas, de discriminação, como se lê no corpo do artigo 2º do Projeto de Regulamento que estamos apreciar, constitui, sinceramente do nosso ponto de vista, e pelos vistos não apenas da bancada do PSD, do nosso ponto de vista uma forma válida de contribuir para a sensibilização da sociedade civil para esta problemática e para a necessidade de combater todos os fenómenos, que todos também sabemos existir, e que atentam efetivamente contra a igualdade entre homens e mulheres. -----

---Nós não temos dúvidas nenhuma que este prémio ajuda a contribuir para essa sensibilização. Mas pergunto e questiono a Senhora Deputada, e com todo o direito obviamente, se a Câmara Municipal também está preocupada na adoção de boas práticas no seu interior? E é uma boa pergunta, com certeza que sim e faz todo o sentido. -----

---E aqui permita-me novamente falar-lhe do Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação que eu julgo conhecerá. Sei que é uma matéria com a qual a Senhora

Assembleia Municipal

Deputada tem um especial carinho em acompanhar e, portanto, tenho a certeza absoluta que conhecerá este plano na sua plenitude. E a Senhora Deputada confirmará que entre os destinatários daquelas cerca de três dezenas de medidas está o público em geral, como não podia deixar de ser, estão os parceiros sociais, estão as empresas do concelho, estão as organizações não governamentais sediadas em Vila Nova de Famalicão, estão os alunos, estão os docentes, estão os não docentes, está a população jovem, estão os cuidadores informais, estão as pessoas com deficiência, e estão exatamente quem? Os trabalhadores da autarquia. Os trabalhadores da autarquia. -----

---Mas a Senhora Deputada também teve outras reservas ou suscitou outras reservas na sua intervenção. E eu queria-lhe aqui, na sequência dessas reservas, dizer-lhe também que há outras medidas que devem ser salientadas neste combate que todos temos de travar, e recordar à Senhora Deputada e aos presentes que a Câmara Municipal na sequência da resolução do Conselho de Ministros procedeu à nomeação da Conselheira e do Conselheiro local para a igualdade. E, também, na sequência de outras decisões de nível da administração central procedeu, como é do conhecimento de todos, à criação de uma rede de resposta à violência interpessoal, de que a Senhora Deputada aqui falava, à rede de resposta à violência interpessoal, que a Senhora Deputada aqui falava, à rede de respostas à violência interpessoal de Vila Nova de Famalicão e que como sabe, com certas respostas na área da violência interpessoal, uma circunstância que o aumento facilita não só o acompanhamento, mas também os procedimentos de apoio à vítima junto da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças da CPCJ, quer da PSP, quer da GNR, quer da Polícia Municipal, quer de uma Associação que lhe está associada que é a POISE ---

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES - De uma forma bastante sintética, referir que, tal como iniciei esta intervenção, isto corporiza apenas uma das facetas do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Portanto, todas as outras facetas que aqui foram referidas

Assembleia Municipal

eventualmente serão alvo de outros projetos e de outras iniciativas. E o que aqui está em causa... sabe que às vezes o dar importância a uma questão concretamente social e que tem muita importância nos dias de hoje, que é a questão da não discriminação não significa tirar dinheiro para cima. -----

---Eu sei que a questão da igualdade de género tem uma particular incidência no orçamento de estado, 479 milhões de euros, julgo eu, 479 milhões de euros quando a 8 de janeiro temos alunos nas escolas que ainda não têm professores. Portanto, é importante termos essa matéria em causa. E aqui trata-se de dar o exemplo, elencar casos em que precisamente a lei é cumprida, boas práticas locais onde são observadas todas essas particularidades que, numa sociedade justa e absolutamente contemporânea, nem se coloca, pelo menos na minha maneira de ver, o incumprimento dessas regras. Sendo que vindo da Senhora Deputada Tânia Silva, e tendo em conta a última posição do PCP que vem exultar os 65 anos hoje no Avante, os 65 anos da revolução cubana, grande exemplo de igualdade e de respeito pelos Direitos Humanos. Mas, relativamente a esta matéria, aquilo que me oferece dizer é que este regulamento esteve em discussão pública. Não teve um único, um único apontamento ou uma correção. Julgamos que é pelo exemplo e pela exultação daqueles que são cidadãos cumpridores e que respeitam e que fazem, até vão além daquilo que é lei. -----

---E respondendo de uma forma muito concreta à Senhora Deputada do PS, também referir que o júri, isto é apenas o Regulamento, o júri há-de ser nomeado concretamente por esta Comissão que o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira referiu e que é feita por duas pessoas grandes defensoras da igualdade e das sociedades contemporâneas, como é o Dr. Quintino Pinto e a Senhora Professora Manuela Martins, exatamente. Portanto, relativamente a esta matéria, julgo que ficou bastante claro que o que a Câmara pretende elencar, distinguir, fazer valer aquilo que são os bons exemplos e não deitar dinheiro em

Assembleia Municipal

cima dos assuntos como sempre... como relativamente a esta matéria tem, julgo eu, acontecido. E não é certamente para comprar catequismos, mas é para catequisar.-----

---**ELISA COSTA (PS)** – Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, o facto de outros municípios não terem planos para a igualdade, nós podemos bem com o mal dos outros grandes municípios. E se vamos ver por partidos políticos, o Senhor bem sabe, basta apenas apontar-lhe o exemplo da Câmara de Lisboa e... ficamos por aqui.-----

---Quanto aos argumentos do Senhor Presidente em exercício, deixe-me dizer-lhe o seguinte: nenhum tostão gasto com a igualdade de género é mal gasto. O Senhor sabe muito bem quando se deu a revolução do 25 de Abril como se encontrava o país, e o atraso imenso que tínhamos nos papéis de género e nos direitos no cumprimento daquilo que são os Direitos Humanos de homens e de mulheres.-----

---Relativamente à consulta pública, concordo consigo. Eu própria também quando li o documento pensei, pois teria sido interessante apresentar sugestões em tempo útil. O problema é que nós não somos políticos profissionais e se calhar se o documento das informações ao Presidente, do Senhor Presidente fosse mais sucinto e focado nas questões essenciais, em vez de ter tanta palha, se calhar nós próprios já teríamos notado isso e teríamos dado os nossos contributos.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhora Deputada Elisa Costa, o exemplo que deu foi de uma grande infelicidade. Sabe porquê? É que no tempo em que estes planos surgiram quem era Presidente da Câmara, era quem?! O Dr. António Costa e depois Fernando Medina, entre 2017 e 2021. E, portanto, dirá: a Câmara Municipal de Lisboa não tem plano. Pois não, mas só é Presidente, o PSD só tem um seu Presidente a Presidente da Câmara de Lisboa no último ano e meio.-----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** - Eu não disse que o valor que lá estava inscrito no Orçamento de Estado faz parte da política do governo. Eu falei de prioridades, não me atrevo a dizer se é bem ou

Assembleia Municipal

mal gasto. Falei-lhe de prioridades, e referi-lhe que estamos no dia 8 de janeiro, temos cerca de 10.000 alunos sem professores. -----

---POSTO À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PRÉMIO + IGUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DA CDU.

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, MERCADO MUNICIPAL E DO SERVIÇO DE RONDAS MÓVEIS, COM UM PREÇO BASE DE 1.141.557,48 € (UM MILHÃO, CENTO E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE EUROS E QUARENTA E OITO CÊNTIMOS) ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 36º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES - De uma forma bastante sucinta e explicando apenas porque existe aqui uma revogação. Existem duas propostas numa. Porque a primeira proposta que foi a deliberação na reunião de Câmara e depois foi, por indicação dos serviços, houve a necessidade de a reformular devido à delegação de competências do poder central nas Câmaras Municipais, e pela necessidade de essas rondas que eventualmente prestarão este serviço de vigilância terem que incorporar também os Centros de Saúde que passarão a ser da responsabilidade do município. -----

Assembleia Municipal

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Ainda recentemente, esta Assembleia aprovou serviços de vigilância no valor de 781 mil euros, serviços estes a realizar nos Paços do Concelho, nas Oficinas Gerais e no Museu Ferroviário de Lousado pelo período de três anos. -----

---Hoje somos confrontados com mais um investimento do município em mais serviços de vigilância, desta feita no valor de 1 milhão cento e quarenta mil euros, destinados a serviços a prestar no Parque da Devesa, Centro Coordenador de Transportes, Mercado Municipal e serviço de rondas móveis, também pelo período de três anos. -----

---Ou seja, o município vai investir cerca de 2 milhões de euros, nos próximos três anos, em serviços de vigilância mínimos que podem e deviam ser assegurados pelo município. E digo serviços mínimos porque, por exemplo, o Parque da Devesa terá, um, repito um vigilante... será que chega? É suficiente? -----

---Este é um segundo aspeto em que estas propostas falham, não são baseadas em qualquer estudo, em qualquer avaliação, são assim, porque são. 2 Milhões de euros, é muito dinheiro, por tão pouco. -----

---Falamos de apenas, no total, de meia dúzia de espaços com um vigilante, e uma ronda móvel. -----

---Repito o que referi em dezembro: -----

---“O capitalismo liberal cria oportunidades de negócio onde elas não existiam, se não houver necessidade de um determinado negócio, cria-se essa necessidade.” -----

---O sector de segurança privada representou em Portugal no ano transato um negócio de mais de mil milhões de Euros, pagos na sua maioria por todos nós, pelo sector público.

---Pelo exposto a CDU só pode votar contra. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Nós gostaríamos de intervir neste assunto numa outra perspetiva, que talvez algo que ainda ninguém tenha reparado. E a pergunta mais óbvia é naturalmente, reforçar um pouco aquilo que se disse anteriormente, se um milhão e quarenta mil euros se justifica ou não. -----

Assembleia Municipal

---Senhor Presidente, meus caros famalicenses, eu vivi na década de 80, aqui na Rua Augusto Correia, mesmo em frente, numa altura em que crianças e jovens de então brincavam mesmo aqui nos Paços do Concelho. E na altura, se bem lembro, havia apenas um brioso funcionário camarário, que tomava conta de tudo.-----

---Bem sabemos que os tempos são outros, a sociedade está diferente, mais complexa, mais dada à conflitualidade, os comportamentos desviantes são cada vez mais frequentes e mais graves. E depois, parece que agora tudo funciona ao contrário, de forma quase ilógica.-----

---Reparem, a polícia, a PSP, num desvirtuar das suas funções, foi desviada para serviços de empresas privadas, uma medida ardilosa do governo, que faz com que sejam os privados a pagar os suplementos que seriam obrigação do estado. É confrangedor, para qualquer um de nós, tenho a certeza, ver dois agentes um dia inteiro a olhar para um buraco numa qualquer intervenção na via pública, quando fazem falta em outras funções para o qual estão vocacionados. À noite não se vê um único polícia na rua, as rondas são quase inexistentes por falta de meios e a fiscalização é ao fim de semana para apanhar os mais descuidados no trânsito.-----

---Com a GNR a mesma coisa, estão transformados, por via da imposição da tutela, em cobradores forçados de receita para o estado através das malditas coimas totalmente desproporcionadas em relação ao rendimento dos portugueses, em vez de vigiarem o património público ou os edifícios do estado.-----

---A Polícia Municipal é um caso de estudo, parece-nos a nós, e é a perceção geral da população, que são diminutas as suas funções e a sua criação ainda não está devidamente justificada. Não pode a Polícia Municipal efetuar rondas no Parque da Devesa ou na nova rodoviária por exemplo?-----

---Afinal, há ou não há um aumento substancial da criminalidade, que justifique o recurso a empresas de vigilância já que as nossas forças de segurança parecem não ser suficientes

Assembleia Municipal

para a salvaguarda dos edifícios públicos? E que, Senhor Presidente, ouvimos recorrentemente dizer que não há um aumento da criminalidade ou do sentimento de segurança, mas esta medida, esta despesa, mais uma despesa demonstra precisamente o contrário. Ainda assim, vamos votar favoravelmente porque, porque... eu sei que o Senhor Deputado esteve este fim de semana envolvido na convenção criminal, desculpe, no Congresso do PS, mas calma, deve estar cansado, porque sabemos o que se está a passar na sociedade, porque temos consciência da nova realidade ao contrário de certas análises que se fazem para aí daqueles que dizem “está tudo bem”, que não há alterações sociais significativas e depois aquilo que se vê é precisamente o contrário. -----

---**LUIS MIRANDA (PS)** - Senhor Presidente, permita-me, antes de entrar propriamente no ponto, de salientar aquilo que é uma vez mais o discurso populista do Chega. Um discurso bacoco, um discurso desprovido de ideias e de conteúdos, e muito daquilo que faz e do que diz em nada se compagina com a realidade da nossa sociedade e com aquilo que os famalicenses e os portugueses precisam.-----

---Ó Senhor Deputado, João Pedro Castro, dois polícias a olhar para um buraco fazem muito. Estão, por exemplo, a assegurar a segurança rodoviária, a segurança dos trabalhadores que estão ali a trabalhar em circulação, em zonas de saneamento, de passagem de cabos elétricos e sobretudo a salvaguardar os materiais, cobres e derivados, que muitas vezes são furtados na via pública. Não estão a olhar para um buraco, Senhor Deputado, estão a fazer muito mais que isso. O Chega é capaz de elevar mais o discurso daquilo que acabou aqui de dizer. -----

---Mas antes de entrar propriamente no ponto, há aqui uma questão política que subjaz esta proposta que é: “Revogação da deliberação da abertura e aprovação das peças do procedimento deliberado em 26/10” e nova proposta de: “Abertura das peças de procedimento de concurso público com publicidade internacional para aquisição de serviços de vigilância no Parque da Devesa, no Centro Coordenador de Transportes,

Assembleia Municipal

Mercado Municipal e Serviço de Rondas Móveis”. Há aqui uma questão política que tem vindo a ser levantada, quer pelo Partido Socialista quer pelo partido Comunista Português, pela CDU, que tem que ver com a possibilidade de internalizar nos serviços do nosso município, dotando do município de funcionários próprios para realizar estas atividades de vigilância. A coligação entende que não. É uma opção política. É isso que nos difere, entre outras coisas, deste município. -----

---Mas há aqui uma coisa que nós não podemos concordar, que é precisamente o seguinte: Em reunião de Câmara do dia 28 de setembro de 2023 foi discutida e aprovada a transferência de competências no domínio da saúde em Vila Nova de Famalicão. Isto importa precisamente porquê? Porque o que leva esta revogação de deliberação e atendendo aos considerandos da proposta, é que por indicação dos serviços do Departamento de Assuntos Jurídicos surge a necessidade do município assumir novas responsabilidades em termos de gestão de edifícios no âmbito da descentralização de competências na área da saúde. -----

---E a questão que se coloca é: Se, em 28 de setembro de 2023, a Câmara tem conhecimento dos novos encargos com a transferência de competências no domínio da saúde em Vila Nova de Famalicão? Inclusivamente o Senhor Presidente de Câmara, que é pena não estar aqui connosco, Professor Doutor Mário Passos, no dia 9 de outubro de 2023, assina um artigo de opinião, bastante interessante aliás, no Jornal de Notícias a propósito da descentralização nesta matéria e das dificuldades que traz alegadamente ao nosso município. E, não obstante isto, sabendo do que aí vem e do que a transferência de competências na área da saúde implica, em 26/10/2023 faz-se um contrato ou melhor, faz-se a abertura e a aprovação das peças de um procedimento para este tipo de serviços sabendo que, com a transferência de competência ao nível da saúde, implicaria uma maior exigência do ponto de vista da salvaguarda destes edifícios que passaria a estar na esfera do controlo do município. -----

Assembleia Municipal

---E não deixa de ser caricato como é que hoje estamos aqui a fazer e a refazer aquilo que foi feito no passado. Não deveria ter tido este município a capacidade de previsão, de boa gestão política e de perceber que se em 1 de janeiro de 2024 com a transferência de competências na área da saúde e sabendo, desde logo, na reunião de 26/10 do ano transato que seria necessário acautelar estas questões? -----

---Estamos aqui novamente a consumir o tempo de todos nós, do erário público, a discutir uma coisa que por falta de gestão e de previsão política poderia ter já ficado resolvido há muito. E é isto que o Partido Socialista condena e lamenta, não obstante votar abstenção neste ponto.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) – Senhores Deputados, esta despesa teria sempre que ocorrer, fosse ela operada por via dos serviços, desse serviço de vigilância prestada internamente, isto é, através de funcionários da própria autarquia quer através, como é o caso concreto, por via de aquisição de serviço. Ou seja, por a sua externalização.

---No passado, como sabem, nós já tivemos esta vigilância, era assegurada pelo próprio município, mas isso foi numa altura em que de facto o número de edifícios e o número de Parques e o número de espaços propriedade do município a carecerem desta vigilância era bem menor. E permitia de facto que essa fiscalização se operasse por via dos próprios funcionários da autarquia.-----

---A opção tomada foi de externalizar o serviço, contratando empresas especializadas na área, com conhecimentos específicos para a melhor fiscalização dos equipamentos que estão adstritos nos termos contratuais. Foi uma opção, que nem por cima não é nova! Foi há 6 anos atrás. E o que nós verificamos e o que nós podemos concluir é que dessa experiência de 6 anos ela é, do ponto de vista financeiro, mais atrativa do que a anterior. E, portanto, não havia razão nenhuma para prosseguirmos na externalização deste serviço.

---Já o Senhor Deputado Luís Miranda, também faz aqui referência às razões que são subjacentes à revogação da anterior deliberação e conseqüentemente a necessidade de

Assembleia Municipal

uma tomada de uma nova deliberação. E a proposta, no caso em apreço, é muito clara, é muito explícita quanto aos fundamentos que levam a esta revogação.-----

---Na verdade, Senhor Deputado, em 26 de outubro quando a Câmara Municipal deliberou a abertura de um procedimento pré-contratual tendo em vista o referido fim que nós estamos hoje aqui a discutir, nessa altura ainda não se tinha operado a descentralização de competências na área da saúde. Estava em discussão. Não havia nenhuma deliberação! Não havia sequer, que é algo que é muito importante, é que por vezes há deliberação e depois é o auto da assinatura. E é a partir do auto da assinatura que ele começa a poder produzir efeitos. E na verdade, como o Senhor Deputado pode conferir, apenas em 10 de novembro, isto é, a deliberação para a abertura de concurso público foi feita a 26 de outubro, o auto de transferência de competências foi a 10 de novembro. Eu julgo que esta discrepância de datas é o suficiente para explicar por que razão a Câmara Municipal procedeu à abertura de um procedimento pré-contratual ainda que admitindo pudesse haver um mês ou dois, ou três meses depois a assinatura de um auto de transferências no âmbito da saúde porque, como sabe nessa altura, há várias autarquias do país, não são assim muitas, mas há algumas autarquias do país, que apesar de terem deliberado a assinatura do auto acabaram por não o fazer. E ainda hoje, como sabe, onde essa descentralização de competências não ocorreu com efeitos nomeadamente perversos para o país, diríamos assim, já que há aqui uma quebra de acesso a fundos comunitários no âmbito do PRR. -----

---POSTO À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DA DEVESA, CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES, MERCADO MUNICIPAL E DO SERVIÇO DE RONDAS MÓVEIS, COM UM PREÇO BASE DE 1.141.557,48 € (UM

Assembleia Municipal

MILHÃO, CENTO E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE EUROS E QUARENTA E OITO CÊNTIMOS) ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 36º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E O VOTO CONTRA DA CDU. -----

---**QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO AUMENTO DOS CIRCUITOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) E CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, BEM COMO, REVOGAR A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE JUNHO DE 2023. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** – Relativamente a esta proposta, a mesma versa sobre uma obrigatoriedade legal e o início da recolha de biorresíduos que veio permitir, embora tivesse sido deliberado anteriormente o aumento dos circuitos de recolha de resíduos sólidos, com alguma boa vontade e alguma eficácia demonstrada pelo prestador de serviços, a Câmara Municipal, foi possível essa recolha de resíduos sólidos de forma a que quando fosse obrigatório, que era até 31 de dezembro de 2023, passarem a fazer os circuitos de recolha de biorresíduos que a Câmara não efetuasse o pagamento destes mais cerca de 800.000 € para o aumento desses circuitos, mas que agentassem o serviço, julgo que foi recolhido

Assembleia Municipal

da mesma forma como até então, e agora começasse a serem realizados esses circuitos de recolha de resíduos sólidos contando já com os biorresíduos. Portanto, acho que a negociação que foi realizada e até alguma denúncia por parte da empresa, levou a que revogássemos essa deliberação, não tivéssemos qualquer custo até então e a partir de agora iremos dar conta daquilo que somos obrigados legalmente a fazer, que era até 31 de dezembro, por uma diretiva europeia, a recolhermos os biorresíduos e dessa forma fazermos essa mesma recolha. -----

---**FÁTIMA SANDRA (PS)** - No âmbito de um pacote de medidas relativas à economia circular a diretiva da União Europeia 2018/851 alterou a diretiva 2008/98 CE. Essa diretiva estabelece requisitos mínimos operacionais para os regimes de responsabilidade alargada do produtor. Esta obrigação também pode abranger a responsabilidade organizacional e a responsabilidade de contribuir para a prevenção de resíduos e para a possibilidade de reutilização e de reciclagem dos produtos. Vem também reforçar as regras relativas à prevenção de resíduos-----

---Ulteriormente o Decreto-Lei nº 102D/2020 transpôs para a ordem jurídica portuguesa estes normativos e estabeleceu que os municípios seriam responsáveis pela recolha seletiva destes resíduos e do seu tratamento. -----

---Em 1 de junho de 2023, a Câmara Municipal deliberou pelo aumento dos circuitos de recolha de resíduos sólidos urbanos e a inerente alteração contratual até 2025, que foram autorizadas por esta Assembleia em 29 de junho.-----

---De acordo com o site da Câmara, em 1 de junho de 2023 foi iniciado um projeto piloto de recolha de resíduos orgânicos, que numa primeira fase abrangeria 1.250 residências da zona central da cidade. -----

Assembleia Municipal

---Seria também promovida uma campanha de sensibilização porta a porta a campanha “Vamos tratar do Resto” que tinha como objetivo incentivar a comunidade para a separação dos biorresíduos. -----

---Vem agora a Câmara sem mais, sem anunciar que outras alternativas vão pôr em funcionamento, pedir a revogação do aumento das áreas e de preço contratualmente acordadas até 2025 como suposto fundamento e uma necessária mudança qualitativa decorrente da diretiva 2008/98CE quanto aos biorresíduos, alegando ser necessário proceder a novas negociações com a empresa de recolha de resíduos. Há por isso que, de imediato, lamentar que, apesar do prazo de 5 anos concedidos a todos os municípios, Famalicão durante esse período não conseguiu preparar-se em tempo para o cumprimento desta diretiva. Por outro lado, será necessário dentro de pouco tempo voltar toda esta matéria à Câmara e à Assembleia em razão das novas negociações e soluções encontradas com a empresa. -----

---No entanto, vão ser abandonadas as novas áreas de recolha estabelecidas no aditamento até 2025?-----

---Continuando a recolha, como vai ser remunerada? -----

---Até 31 de dezembro justificava-se o pagamento adicional mensal de 33.337,32€. E com esta revogação passa a ser de graça? -----

---O que é feito do projeto piloto e do alargamento ao resto do município? -----

---Enfim. só pode concluir-se que reina uma grande confusão no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal que anda tão ou mesmo mais desorientado que o resto da Câmara. -----

---O PS não concorda com estes recuos e avanços, com estes ziguezagues na decisão de matérias tão importantes para a vida dos famalicenses e, por isso, terá obrigatoriamente que se abster. -----

Assembleia Municipal

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Eu julgo sinceramente que nós estaremos todos de acordo que as necessidades sentidas pela população atinente a matérias como a recolha de resíduos sólidos urbanos têm de ser colmatadas. Já estamos todos de acordo quanto a isso. -----

---Ora, foi exatamente isso que a Câmara fez em junho de 2023, alargando a recolha de resíduos sólidos urbanos a pelo menos mais 211 ruas a maioria das quais eram novos arruamentos, embora muitos outros também fossem prolongamentos de arruamentos já existentes. -----

---E também julgo que estaremos todos de acordo que a recolha do lixo orgânico, aliás foi aqui salientado pela Senhora Deputada, Sandra Araújo, que esta recolha seletiva, esta recolha de lixo orgânico deve ser implementada e deve ser intensificada. Implementada tem mesmo que ser porque a diretiva comunitária assim o impõe, que até 31 de dezembro de 2023, ou seja, até ao final do ano transato, esta medida ou esta rede tinha que ser implementada. Desde logo, por razões obviamente de natureza ambiental, pois é imperioso diminuir a deposição de resíduos em aterro sanitário e aumentar pelo contrário a valorização. Mas também há justificações do ponto de vista financeiro. É que é mais barato, dito de outra forma, pelo depósito ou pela deposição de resíduos indiferenciados em aterro, nós pagamos e pagamos bem e pagamos muito, e pela entrega de resíduos orgânicos nós não pagamos nada. Portanto, há aqui um facto, uma grande vantagem também do ponto de vista financeiro. -----

---Ora, foi isso também que a Câmara fez exatamente quando avançou com o projeto piloto de recolha de lixo orgânico, que a Senhora Deputada Sandra Araújo aqui fez referência, vamos tratar do resto e que a barca, conforme disse e muito bem, 1.250 habitações e que está a permitir, já agora diga-se, também recolher semanalmente qualquer coisa como uma tonelada de lixo orgânico. Mas é possível fazer muito mais. -

Assembleia Municipal

---Ora, eu julgo também que estaremos também todos de acordo que coexistindo duas redes, por que há 2 redes de recolha diferentes, há uma para os resíduos indiferenciados e há um para a recolha apenas dos resíduos orgânicos, que estão entregues à mesma empresa. Que estão entregues à mesma empresa. Ora, é exatamente por isso que nós precisamos, porque isto ocorreu em momentos diferentes, harmonizar estas duas redes de forma a obter naturalmente os melhores proveitos, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista financeiro. -----

---Repare, se nós temos uma recolha de resíduos orgânicos, o camião que vai buscar as plantas que foram depositadas nos cemitérios, ou que vai recolher casa a casa, enfim, em certos dias da semana os resíduos domésticos nomeadamente comida. Obviamente que, se nós temos esses camiões a fazerem isso, o outro camião da mesma empresa que seria necessária para o lixo indiferenciado passa a diminuir. Ora, nós temos é que fazer com que estas duas redes coexistam. E nós não estamos... -----

---A Senhora Deputada levantou a questão e bem, se eventualmente nós desistimos com esta proposta da recolha dos indiferenciados, ou melhor dizendo, se desistirmos da recolha do lixo orgânico? Não, nós não desistimos. Ele continua em vigor. Nós queremos é ampliá-lo de uma forma diminuindo as necessidades do outro lixo, do tal lixo indiferenciado. E o que nós contamos, obviamente, e isso é que era importante, é que essa solução, sim, seja encontrada o mais breve espaço de tempo possível. É essa a nossa expectativa. -----

---**O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES** - Para esclarecer que na próxima reunião de Câmara obviamente irá a modificação de contrato que prevê exatamente essa clarificação e essa harmonização das duas realidades que são a recolha de indiferenciados e dos resíduos orgânicos. -----

Assembleia Municipal

---**JORGE COSTA (PS)** – Parafrazeando meu ilustre colega do PSD, Dr. Jorge Paulo Oliveira, estamos todos de acordo em muitas coisas, nomeadamente, como disse a Dra. Sandra Araújo, que a Câmara não cumpriu o prazo que a lei lhe pôs tratar estas matérias até 31 de dezembro. Eu sei, eu sei. Eu sei que o Senhor sabe, mas antes de mais, estamos a pôr aqui em causa um contrato sem explicar a esta Assembleia qual é a alternativa. E, portanto, a Câmara entende que a motivação, que a fundamentação das coisas que nos apresenta, que nós temos a mesma fé do vosso Grupo Municipal. Mas olhe que não! nós não acreditamos, o PS, ninguém daquelas pessoas que ali está acredita nesta maioria. E, portanto, nós precisamos de saber como é que vamos formar o nosso voto. O que é que se está a passar. O que é que está aqui por trás. E, portanto, puseram-vos os dedos na ferida? Pois é, para recolha dos biorresíduos o que é que está feito? É que já estamos em janeiro de 2024, o prazo era até 31. O que é que está feito? Ai devia perguntar ao meu governo? Ah, esta competência não é da autarquia da recolha dos lixos? Pois é, agora devo perguntar ao meu governo o que é que a Câmara de Famalicão anda a fazer. -----

---Tenho a certeza que já conheço a resposta do António Costa. Vai dizer: “Nada de jeito. Que se veja, nada de jeito.”.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Rapidamente Senhor Deputado, Jorge Costa, que a criação desta rede de recolha de resíduos orgânicos está fora do tempo. Ó Senhor Deputado, por amor de Deus! O prazo era até 31 de dezembro de 2023. Nós implementamos em junho! Seis meses antes do término do prazo! -----

---Quanto à questão de dizer qual é a alternativa. O Senhor Deputado não deve ter... não ouviu seguramente, não estava atento à minha intervenção. A alternativa é, Senhor Deputado, harmonização das duas redes. Não é essa alternativa harmonizar a recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados com a recolha de resíduos orgânicos. É tão simples quanto isto.-----

Assembleia Municipal

---E pergunta: “O que é que está a ser feito?”. Ó Senhor Deputado, estamos a recolher, pelo menos, uma tonelada de resíduos orgânicos por semana. É isso que está a ser feito.

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – Relativamente a esta matéria, eu acho que ficou até bastante claro aquilo que eu disse. Nós estamos a tomar aqui... depois de algum esforço do prestador de serviços, como sabe o contrato acaba em 2025, portanto, já tem 8 anos de duração, por isso é que se pressupõe uma modificação de contrato. Com algum esforço e com uma aturada negociação do Departamento do Ambiente foi conseguido manter o serviço que depois foi complementado com a recolha dos resíduos orgânicos desde junho de 2023 até este momento, poupando dessa forma recursos e permitindo agora que a Câmara Municipal tem esse conhecimento e que a própria empresa também já tem essa possibilidade... uma coisa era contratar um serviço completamente novo. Não vamos. O contrato está em vigor, vai-se fazer uma modificação contratual, e dessa forma, com todo este conhecimento, começar a realizar. Na próxima reunião de Câmara irá uma modificação contratual tendo em vista a otimização de todas as rotas necessárias para a recolha quer dos indiferenciados quer dos orgânicos. -----

---Acho que disto resultou absolutamente claro. O Senhor Deputado quando entrou aqui me cumprimentou, disse por graça que me ia cantar as janeiras e que era... o dia dos Reis é conhecido também por epifania, é a referência, é a indicação de algo divino. Até agora não disse nada que se aproximasse de Deus, nosso Senhor. Portanto, relativamente a esta matéria eu julgo que fui bastante claro. Esta matéria e a epifania que o Senhor Deputado ali teve não corresponde à realidade. Portanto, a realidade ficará absolutamente estabilizada na próxima reunião de Câmara. Para esse propósito era necessário, não íamos meter isto na gaveta, era necessário revogar esta proposta. -----

Assembleia Municipal

---POSTO À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO AUMENTO DOS CIRCUITOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) E CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, BEM COMO, REVOGAR A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE JUNHO DE 2023. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS. ---

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 2.281.540,42€ (DOIS MILHÕES DUZENTOS E OITENTA E UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA EUROS E QUARENTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES – Esta proposta prende-se com uma... como sabem, isto foi atempadamente remetida a visto prévio do Tribunal de Contas. No entanto, uma interpretação que não era a nossa, mas foi a interpretação do Tribunal de Contas e nós vamos/estamos aqui para dar cumprimento aos mesmos, o Senhor Deputado Jorge Costa já está a fazer gestos. Foi entendimento do Tribunal de Contas que se tratava de um compromisso plurianual como

Assembleia Municipal

sabem necessitam da aprovação da Assembleia Municipal. Agora, se é entendimento que um compromisso plurianual contemple ou que... corporiza um compromisso plurianual o dia 1 de janeiro de 2024 e o final de junho de 2024, não sei quantos anos é que aqui temos. Acho que só temos um. Aliás, meio ano. -----

---Relativamente a esta matéria curvamo-nos perante a sapiência do Tribunal de Contas e obviamente seremos como sempre, iremos remeter com todas as indicações e com todos os ajustes referidos pelo Tribunal de Contas. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Volvido meio mandato autárquico, em que a velha maioria se jacta, sem um pinga de verdade, de ter executado mais de 80% do seu programa porque todos sabemos que para a famigerada execução destes 80% é preciso contar tanto com o pouco que está feito como com o tanto que ainda está por fazer, vemos que a organização administrativa do executivo não passa de uma fachada de marketing e propaganda panfletárias. -----

---Mas, para além dessas ocas estratégias de *marketing* em que cada vez menos famalicenses acredita o que importa salientar nesta deliberação agora em apreço é a confrangedora impreparação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara que, que já leva dois anos de mandato, que continua a dar mostras de aluno mal preparado, sem aptidões para passar. Saiba vossa excelência, e peço ao Senhor Vice-presidente em exercício que seja depositário junto do Senhor Presidente, que o PS dá ao Doutor Mário Passos nota de “Satisfaz Muito Pouco” no desempenho político. E mais, e se estivermos a falar do gabinete, do GAP desta Câmara, do Gabinete de Apoio ao Presidente, nota Medíocre! -

---Atente vossa excelência que remeteu todo este processo ao Tribunal de Contas sem cumprir o formalismo legal de autorização desta Assembleia. Perguntamos agora com ironia quanto baste se não será hora de dizer ao “homem do pedal”: volta que estás perdoado e a fazer muita falta!?! Não será hora de dar uma avença, por exemplo, ao Dr.

Assembleia Municipal

Paulo Cunha que anda para aí entretido com negócios políticos distritais e locais, para que ele tenha mão no desnorte administrativo a em que esta Câmara se enreda e enterra todos os dias? -----

---O PS já sabe que esta velha maioria que aqui está lhe dará sempre aval, incluso na asneira e que os grupos municipais do PSD e do CDS irão sempre tentar disfarçar os seus sucessivos inconseguimentos. O PS quer os transportes assegurados pela Transdev e dará aval positivo a esta vossa proposta, mas ela significa uma desorientação estratégica, de decisão capaz, de incapacitar um correto planeamento administrativo da Câmara e que estas questões têm que ter responsáveis políticos. -----

---O PS está atento aos passos desta Câmara, aos “Passos de Famalicão”. Senhor Presidente, esta atitude no início primeiro estranha-se, mas depois entranha-se. Vai-se habituando ao papel do PS de Famalicão. Em que sempre que vossas excelências se esquecem de algo ou fazem sempre a costumeira asneira uma em cima da outra, o PS fiscaliza, o PS avisa, o PS aconselha, sempre com prudente aviso... -----

---No fundo, apesar de termos tido uma Assembleia Extraordinária, há dias ... antes do Fim do Ano, onde, se a Câmara tivesse sido competente, diligente e avisada, poderiam ter sido acautelados e deliberados todos estes 5 pontos hoje em discussão, vossa excelência quis, corrigir os seus atrasos e incapacidades, e tivemos uma Assembleia em maré de Reis. Quis que viéssemos cantar as janeiras ... -----

---Pois viu, Senhor Presidente em exercício, das diferentes intervenções da bancada do PS que me antecederam que não ficou sem esse musical afago pós-natalício. Não lhe trouxemos incenso, ouro ou mirra porque o PS é feito de gente humilde e sem riquezas de maior. Trouxemos-lhe aviso e apelo quanto baste, Senhor Presidente, se esteve atento às intervenções dos meus camaradas. -----

Assembleia Municipal

---Ainda para lhe cantar as Janeiras, Senhor Presidente, lembramos que desta vez é o PS aqui na Assembleia a dar-lhe nota de Satisfaz Muito Pouco, mas - lembre-se Senhor Presidente - que em 2025 bem podem ser os famalicenses a lhe darem a nota de “Satisfaz Mesmo Nada”. Reprovado então nessa data, Senhor Presidente!-----

---Como verso último deste laudo das Janeiras ao Senhor Presidente ficam desejos de um Bom Ano ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores, a todos, a si, aos demais presentes, aos famalicenses que nos ouvem lá em casa. Feliz 2024 a todos.-----

---E para aqueles que ainda não sabem ... nós cantamos que nasceu o Deus Menino de uma forma muito mais competente e obreira vai guiar no futuro a Câmara de Famalicão a partir de 2025. Chama-se Eduardo Oliveira.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)** – Senhor Deputado Jorge Costa, uma leitura mais atenta dos documentos por certo evitaria a produção de um conjunto de afirmações como aquelas que aqui fez. Vou apenas dar-lhe o exemplo. Disse vossa excelência: “A Câmara teve todo o tempo do mundo e até foi agora preciso marcar uma Assembleia Municipal extraordinária porque a Câmara não o fez no devido tempo aquilo que tinha que fazer.”-----

---Senhor Deputado, o ofício a devolver o processo, o ofício do Tribunal de Contas a devolver o processo à Câmara Municipal - que é uma coisa perfeitamente normal como deve imaginar, acontece isso em tudo o que é pedidos de visto prévio - ocorreu em 20 de dezembro, Senhor Deputado.-----

---Como é que o Senhor quer que, no dia 20 de dezembro, a Câmara Municipal conseguisse alterar todos estes contratos e apresentar-nos esta proposta antes do final do ano?-----

---É simplesmente impossível, como sabe. Estamos aqui no primeiro momento útil e adequado e aquele que nós aceitamos. E, depois, já que o Senhor Deputado gosta de

Assembleia Municipal

lateralizar muito as discussões, eu devo dizer que também gosto de o fazer, com toda a franqueza. Acho que às vezes os temas são mais interessantes se nós os lateralizarmos do que propriamente aquela discussão do ponto em concreto. Portanto, perfeitamente de acordo. Mas, permitir-me-á então que eu também lateralize este debate. -----

---E para lhe dizer o quê? Senhor Deputado, o projeto MobiAve é a resposta estrutural que esta coligação oferece aos famalicenses para garantir de facto um eficiente serviço de Transportes Rodoviários no nosso município. Esta é a nossa proposta. Essa é a nossa solução estrutural. Qual é a do PS? Nós não sabemos! ainda hoje estamos à espera que os Senhores o digam. Não o disseram em campanha eleitoral e continuam sem o dizer. E olhe que nós já discutimos a matéria dos transportes várias vezes este assunto. -----

---Mas também é importante dizer, Senhor Deputado, que a escolha deste modelo é exatamente o caminho mais difícil, e nós dissemo-lo, há dois anos atrás, quando tomamos a deliberação em sede da Assembleia Municipal. A MobiAve é o caminho mais difícil, mas é também o mais ajustado, a médio e longo prazo. E é o caminho mais difícil porque como devem imaginar obriga-nos sistematicamente a consensualizar com outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Câmara Municipal da Trofa, e vencer vários obstáculos que vão surgindo no âmbito dessas negociações. Mas esse caminho está a ser feito. Esse caminho está a ser feito e a MobiAve vai ser mesmo uma realidade! Vai ser mesmo uma realidade. -----

---E por que é que nós optamos por este modelo? -----

---As razões também são conhecidas, e nós já o dissemos. É que podíamos simultaneamente melhorar a rede de transportes no nosso território e obviamente também melhorar as ligações aos concelhos vizinhos com horários e fluxos mais acertados. -----

---Permitia igualmente diminuir o número de interações, o que não deixa de ser relevante, com autoridades de transportes.-----

Assembleia Municipal

---Permitia, como é do conhecimento de todos, aproximar-nos da área Metropolitana do Porto, e pelo menos ambicionar um dia vir a ter os benefícios resultantes do Passe Andante. Isto já para não falar em potencialidades em termos de economia de escala, que um contrato desta natureza e que a criação de uma rede desta natureza proporciona. ----

---Agora, Senhor Deputado, independentemente da construção deste projeto com o qual estamos a trabalhar, é importante dizer, ao contrário do que aqui pareceu indiciar na sua intervenção, os famalicenseiros de facto viram melhorado a oferta de transportes públicos nos últimos dois anos, sem a criação, ainda, desta entidade. E os factos são inegáveis e os números também são.-----

---Ó Senhor Deputado, em 2023 nós passamos a dispor, os famalicenseiros passaram a dispor mais 18 novas linhas de serviço. Em 2022, dos 734km percorridos em 2022 passamos para mais de 2 milhões de quilómetros percorridos em 2023, no ano que terminou.-----

---E já agora, importante aqui realçar nos poucos segundos que me faltam, dizer também em 2023 abrimos as portas da renovada estação rodoviária, e que em 2023 não tivemos qualquer alteração tarifária nos serviços que eram e são da responsabilidade do município, e que começamos o ano de 2024, que eu agora aproveito naturalmente para desejar que seja um bom ano para todos, começamos o ano de 2024 com uma boa notícia. E a boa notícia é a redução dos preços dos bilhetes simples de viagem única que custa em média menos 6,52% nos autocarros das linhas da rede Municipal do concelho.-----

---Terminando mesmo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é nada disto, não é fantochada e nem é fachada. E sim, nós damos nota de muito de muito bom à Senhora Vereadora dos Transportes, Sofia Fernandes, e ao Senhor Presidente da Câmara, Mário Passos. -----

Assembleia Municipal

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES - Afinal epifania veio mais tarde. Alvorço até adivinhador de resultados de 2025, substituindo-se ao povo. Só Deus é que substitui ao povo, mas tudo bem.-----

---Relativamente a esta matéria e não desviando aqui o foco, qual era a interpretação do Senhor Deputado, de qualquer pessoa aqui, de uma despesa que é realizada entre 1 de janeiro 2024, é realizada em... não estamos a falar na deliberação, de janeiro de 2024 e junho de 2024, essa foi a interpretação do Tribunal de Contas, e é legítima, mas era legítimo também que a interpretação dos nossos serviços fosse esta. Que não era eventualmente necessário, era legítimo também, 24 24, não havia plurianual. Não havia plurianual, ponto final.-----

---Mas a grande questão, é o pedal que Famalicão tem para proporcionar a todos os famalicenses, tal como foi referido aqui pelo Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, uma rede de transportes que duplicou a oferta e os quilómetros percorridos. E, que ao invés daquilo que é uso em Portugal, nos consigamos substituir com meios próprios do município, do orçamento, a uma rede de transportes existente apenas, e com bastante mais cobertura em Lisboa que no Porto... em Lisboa e no Porto o PS governa há 8 anos e nada alterou em relação a esta matéria. Lisboa e Porto têm direito a terem transportes pagos, subsidiados, com empresas com grande prejuízo para o Orçamento de Estado, com derrapagens brutais, mal geridas, com eventuais... até incumprimentos legais no transporte de crianças, de transporte escolar e tudo mais. Não é conversa da AD, eu já pensava isto antes da AD ser formada, meu caro.-----

---Agora, relativamente a esta matéria, o que lhe vou dizer... depois são umas virgens ofendidas quando existem algumas reações menos próprias nesta Assembleia, mas tudo bem.-----

---Relativamente a esta matéria...-----

Assembleia Municipal

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA - Ó Senhores Deputados, eu peço que deixem falar. -----

---O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, RICARDO MENDES - Relativamente a esta matéria, a única coisa que eu queria referir é que foi uma interpretação sobre a qual todos nos versamos e que nunca teria sucedido. Nunca sucedeu! Nunca houve eventualmente um propósito. Fizemos tudo atempadamente, nós sabemos como é que são todos estes processos com o Tribunal de Contas, que dizem respeito ao meu Departamento, e técnicos estão justamente à vontade nesta matéria, que tratam de assuntos do Tribunal de Contas. Nós tivemos... julgo que nunca tivemos nenhum processo chumbado ou sem visto prévio do Tribunal de Contas. Neste capítulo somos absolutamente conhecedores destas matérias. -----

---Agora, houve uma interpretação e houve depois um pedido por parte do Tribunal de Contas para que fosse submetido o processo. Uma interpretação diferente, legítima, mas diferente, que fosse submetido a esta Assembleia Municipal. Por esse mesmo motivo, independentemente de todas as considerações, dos negócios, negocinhos, falar de pessoas que aqui não estão, do pedal ou da pedalada, o que aqui vem é meramente a correção de uma formalidade que o Tribunal de Contas assim nos exigiu. -----

---Demoraria, se calhar, um minuto esta discussão. Demorou o tempo que quiseram que demorasse, se calhar devido às epifanias e a querer-nos comparar a Deus. Eu não me dou muito bem com o conceito de Deus Homem. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) - Sobre esta proposta em apreço, tantas dúvidas que existe aqui no Partido Socialista, mas o CDS não tem dúvidas nenhuma da mesma. E não tem saudades nenhuma os famalicenses do Partido Socialista de há 20 anos atrás.-

Assembleia Municipal

---Eu vou falar do Partido Socialista porque é um exemplo, segundo o Senhor Deputado, Dr. Jorge Costa, em Famalicão.-----

---A Câmara do partido Socialista, na altura, deixou-nos ficar uma dívida, para o Armindo Costa, de 60 milhões de euros. Era preciso trabalhar 14 meses sem pagar um cêntimo a ninguém para pagar a dívida. Tínhamos a rede viária num canho, não existiam escolas, as freguesias, eu até vou falar pela minha, tinha um cemitério que não tinha vedação, as vacas do vizinho iam comer as flores ao cemitério, saiu na comunicação social na altura, não fui eu que o disse, gastou 500 mil euros do Partido Socialista dos Deputados que defende aqui que são os melhores do mundo, quer nessa altura e parte deles são farinha do mesmo saco, estão a defender aqui porque faziam tudo direito. Investiram em Fradelos numa pista para passar uns carros, que só serviu para passar tratores, cerca de 500 mil euros. Na altura, Senhores Deputados, na altura não havia água e saneamento em Fradelos. 500 mil euros davam para construir 13km de rede de água, dá para construir 10km de rede de saneamento, com o preço de agora, meus Senhores. Portanto, não vamos ter saudades do Partido Socialista que defende o que na realidade não é verdade. Podem sair todos porque para mim pouco me importa. É melhor saírem do que me ameaçarem.

---POSTO À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 2.281.540,42€ (DOIS MILHÕES DUZENTOS E OITENTA E UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA EUROS E QUARENTA E DOIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.----

Assembleia Municipal

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---Não houve intervenção do público.-----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.**-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO, LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** - A Mesa aproveita para desejar a todos um feliz 2024.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às onze horas e trinta minutos.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**-----

----- **A SECRETÁRIA** -----

--- Fazem parte integrante desta ata o seguinte documento: -----

---Registo de Presenças;-----

---Documento referente ao ponto um, dois, três, quatro e cinco;-----

---Minutas de atas referentes aos pontos um, dois, três, quatro e cinco. -----
